

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de novembro de 2023

Comunicado: 027/2023

## CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – TAXA NEGOCIAL

Às Empresas do Setor,

Em 11 de setembro passado, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos no processo de **ARE 1.018.459**, onde admitiu a cobrança da contribuição assistencial prevista no art. 513 da CLT, inclusive em relação aos não filiados ao sistema sindical, desde que assegurado ao trabalhador o direito de oposição.

A tese aprovada pelo STF para o **Tema 935** da tabela de repercussão geral ficou estabelecida da seguinte forma:

“É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, **desde que assegurado o direito de oposição.**”(grifamos)

No caso do setor de rochas ornamentais do Estado do Espírito Santo, por força de um Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho, desde maio de 2011, consta em Convenção Coletiva de Trabalho uma cláusula que tem se mantido nesses instrumentos coletivos sucessivamente dispendo sobre a denominada **TAXA NEGOCIAL**, diante do fato de que todos os integrantes da categoria são beneficiados pela negociação coletiva mantida por ambas as entidades sindicais, de trabalhadores e de empregadores, independentemente de serem ou não seus associados e ainda considerando a previsão do art. 513 da CLT, que em sua alínea “e” reconhece como prerrogativa dos sindicatos imporem contribuições a todos os que participem de suas respectivas categorias.

Esta cláusula (42ª na CCT atual), que teve alteração em sua redação pela cláusula 6ª do Aditivo 2023, **sempre previu a dispensa de pagamento pelos associados bem**

**como o direito de oposição aos não associados, por meios eficazes de comunicação, seja por escrito ou presencialmente, em até 30 dias da data de assinatura do instrumento normativo**, atendendo assim ao que decidiu o STF a respeito da cobrança desse tipo de contribuição.

Portanto, apesar de a recente decisão do STF mencionar “contribuições assistenciais”, **tal expressão se refere a qualquer cláusula prevista em acordos ou convenções coletivos que vise instituir cobrança aos integrantes de determinada categoria, mesmo os não sindicalizados**, para fins de cobrir as despesas com a assistência sindical, por exemplo, nas negociações coletivas de trabalho, **tal qual ocorre com a denominada cláusula sobre Taxa Negocial na CCT do setor de rochas ornamentais do Espírito Santo**, contanto que se assegure o direito de oposição, igualmente previsto na citada cláusula do setor.

Por fim, importante lembrar que com a vigência da Lei nº 13.467/2017, dando nova redação aos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT, que tratam do custeio das entidades sindicais, a **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** passou a ter o seu desconto e repasse para os sindicatos **dependendo de prévia e expressa autorização individual do empregado**.

Ainda que muitos sindicatos realizem assembleias com o objetivo de substituir a vontade de cada empregado autorizando coletivamente o desconto da contribuição sindical, este procedimento não tem nenhuma legitimidade ou fundamento legal, porque nessa circunstância **a assembleia não substitui a vontade prévia e por escrito do trabalhador**.

Importante observar que CONTRIBUIÇÃO SINDICAL e CONTRIBUIÇÃO ASSINTENCIAL (no caso de nossa CCT, TAXA NEGOCIAL), são coisas distintas e com tratamentos diferenciados quanto a forma de sua instituição.

Havendo necessidade de qualquer outro esclarecimento sobre o assunto, o SINDIROCHAS coloca sua assessoria jurídica a disposição, pelos canais informados aos associados.

Atenciosamente,